



IFMT
Assistente de Aluno

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura, compreensão e interpretação de diferentes gêneros discursivos	1
Condições de produção, estrutura composicional e função social de diferentes gêneros discursivos. 3. Sequências textuais do narrar, do argumentar, do descrever e do instruir	6
Linguagem verbal e não verbal	23
Variações linguísticas de caráter regional, social, estilístico e histórico.....	25
Adequação dos níveis de linguagem às situações de uso na oralidade e na escrita	27
Funções da linguagem	29
Aspectos linguísticos na construção do texto.....	31
Morfologia: formação, classificação e flexão de palavras	32
Colocação pronominal.....	50
Sintaxe: frase, oração, períodos simples e compostos por coordenação e subordinação.....	52
concordância verbal e nominal.....	57
regência verbal e nominal	59
Semântica e efeitos de sentido: denotação, conotação, polissemia, sinonímia, antonímia.....	62
figuras de linguagem	63
Textualidade: coesão, coerência	68
argumentação.....	70
intertextualidade	71
Ortografia Oficial.....	73
Registros da escrita: pontuação.....	75
acentuação tônica e gráfica.....	79
A redação oficial: tipos e normas de composição	81
Questões	96
Gabarito.....	114

SUMÁRIO



CONHECIMENTOS GERAIS E TRANSVERSAIS

Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988: Das disposições constitucionais aplicadas aos servidores públicos (artigos 37 ao 41).....	1
Regime Jurídico dos Servidores Civis da União (Lei 8.112/1990 com as devidas atualizações)	9
Lei 11.892/2008 com as devidas atualizações e suas alterações.....	56
Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (Lei 11.091/2005 e suas alterações)	63
Comunicação interpessoal: Barreiras de comunicação; Comunicação formal e informal.....	71
Comportamento nas Organizações: Comportamento humano.....	72
Trabalho em grupo/equipe	74
Conflitos.....	75
Resolução de problemas com base em dados	77
Diversidade nas organizações, inclusão e direitos humanos.....	79
Mentalidade digital nas organizações	81
Ethos público e o compromisso com o interesse público: Noções gerais de interesse público, cidadania, equidade social e democracia	83
Proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos (Lei n.º 13.460/2017)	85
Foco nos resultados para os cidadãos.....	91
Relações étnicos-raciais (Lei n. 7.716/1989 e suas alterações)	93
Lei n. 12.288/2010 e suas alterações)	95
Ética na Administração Pública (Decreto 1.171/1994 com as devidas atualizações	107
Resolução CONSUP IFMT 91, de 15 de dezembro de 2014).....	111
Dos Crimes contra a Administração Pública (artigos 312 ao 327 do Código Penal)	117
Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992 com as devidas atualizações).....	120
Lei 8.027/1990 - Dispõe sobre normas de conduta dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas, e dá outras providências (com as devidas atualizações).....	148
Questões	151
Gabarito.....	156

SUMÁRIO



CONHECIMENTOS GERAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Aspectos Humanos e Sociais de Mato Grosso: Formação étnica, população absoluta, densidade demográfica, fluxos migratórios, planos e projetos de colonização público e privados, indicadores sociais, rede e hierarquia urbana, política e diversidade cultural	1
Aspectos Naturais de Mato Grosso: Classificação geomorfológica, estrutura geológica, solos, hidrografia e bacias hidrográficas, climas, biomas e formações vegetais.	12
Aspectos Econômicos de Mato Grosso: PIB, PNB, agricultura, pecuária, agronegócio, indústria, serviços, turismo e atrativos turísticos, fontes de energia, logística de transporte, intermodalidade e corredores de exportações.	15
Atualidades: Desenvolvimento sustentável e ecologia, degradação e impactos ambientais desmatamento, queimadas e garimpo ilegal, geopolítica nas relações internacionais, saúde e segurança pública, surtos e epidemias	21

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Políticas Públicas Educacionais vigentes: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996 e suas alterações)	1
Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990 e suas alterações).....	31
Adolescência e juventude: Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013)	97
Aspectos físicos e psicossociais do adolescente	108
Noções das características de desenvolvimento psicossocial do adolescente	110
Noções sobre a acessibilidade para pessoas com deficiência: Conceito de pessoa com deficiência, direito à igualdade e não discriminação, direito ao atendimento prioritário, direito à educação e acessibilidade no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015).....	112
Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000	143
Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000	148
Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 e suas alterações)	150
Normas gerais de apoio às pessoas portadoras de deficiência (Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989; e o Decreto nº 3.298, de 20 dezembro de 1999 e suas alterações) ..	167
A Educação das Relações ÉtnicoRaciais no Âmbito da Educação Básica: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico - Raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana (Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004)	183
Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais do Ministério da Educação (2006).....	184
Contexto social e a escola: Diversidade cultural, gênero, preconceito, conhecimento básico sobre diagnóstico e prevenção ao uso de drogas, violência contra crianças e adolescentes e mídia nas relações escolares.....	185
Bullying e Cyberbullying: Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Lei n.13.185/2015)	186
Conhecimento básico sobre diagnóstico e prevenção ao uso de drogas	189

SUMÁRIO



Controle do Tabagismo.....	190
Disciplina e Indisciplina Escolar: conceitos, posturas profissionais, agressividade, limites e violência, autonomia e deveres	192
Sexualidade: conceitos básicos; educação sexual na escola; prevenção de problemas.....	193
Noções de: Segurança do Trabalho	195
Ergonomia no ambiente escolar.....	202
Primeiros Socorros no Ambiente Escolar.....	207
Tipos e desenvolvimento da linguagem	219
Funções cognitivas, sensoriais e motoras.....	221
Noções de relações humanas no trabalho: Níveis de interação e comunicação	223
Trabalho em equipe.....	228
Relações interpessoais	231
Equipe multiprofissional.....	233
Comunicação: Elementos, importância, estratégias	235
Atendimento ao público: comunicabilidade, apresentação, atenção, presteza e cortesia no atendimento, eficiência, discrição e conduta	238
Organização escolar: Noções gerais.....	242
Hierarquia escolar	254
Disciplina escolar.....	255
Questões	255
Gabarito.....	261

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que **compreendemos** adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à **interpretação**, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”



Conhecimentos Gerais e Transversais

Disposições gerais e servidores públicos

A expressão Administração Pública em sentido objetivo traduz a ideia de atividade, tarefa, ação ou função de atendimento ao interesse coletivo. Já em sentido subjetivo, indica o universo dos órgãos e pessoas que desempenham função pública.

Conjugando os dois sentidos, pode-se conceituar a Administração Pública como sendo o conjunto de pessoas e órgãos que desempenham uma função de atendimento ao interesse público, ou seja, que estão a serviço da coletividade.

Princípios da Administração Pública

Nos termos do *caput* do Artigo 37 da CF, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

As provas de Direito Constitucional exigem com frequência a memorização de tais princípios. Assim, para facilitar essa memorização, já é de praxe valer-se da clássica expressão mnemônica “LIMPE”. Observe o quadro abaixo:

Princípios da Administração Pública	
L	Legalidade
I	Impessoalidade
M	Moralidade
P	Publicidade
E	Eficiência
LIMPE	

Passemos ao conceito de cada um deles:

– Princípio da Legalidade

De acordo com este princípio, o administrador não pode agir ou deixar de agir, senão de acordo com a lei, na forma determinada. O quadro abaixo demonstra suas divisões.

Princípio da Legalidade	
Em relação à Administração Pública	A Administração Pública somente pode fazer o que a lei permite → Princípio da Estrita Legalidade
Em relação ao Particular	O Particular pode fazer tudo que a lei não proíbe

– Princípio da Impessoalidade

Em decorrência deste princípio, a Administração Pública deve servir a todos, sem preferências ou aversões pessoais ou partidárias, não podendo atuar com vistas a beneficiar ou prejudicar determinadas pessoas, uma vez que o fundamento para o exercício de sua função é sempre o interesse público.

– Princípio da Moralidade

Tal princípio caracteriza-se por exigir do administrador público um comportamento ético de conduta, ligando-se aos conceitos de probidade, honestidade, lealdade, decoro e boa-fé.

A moralidade se extrai do senso geral da coletividade representada e não se confunde com a moralidade íntima do administrador (moral comum) e sim com a profissional (ética profissional).

O Artigo 37, § 4º da CF elenca as consequências possíveis, devido a atos de improbidade administrativa:



Mato Grosso, um dos maiores estados brasileiros em extensão territorial, destaca-se por sua vasta diversidade humana e social, resultado de um complexo processo histórico de ocupação e desenvolvimento. Sua população atual é composta por uma rica mistura de grupos étnicos, fruto de séculos de migrações internas e externas, colonização e interação com povos indígenas.

Além disso, o estado desempenha um papel fundamental no cenário agrícola nacional, sendo um dos maiores produtores de grãos do país. No entanto, junto com o desenvolvimento econômico, surgem desafios sociais e ambientais que impactam diretamente as condições de vida da população.

— Formação Étnica de Mato Grosso

A formação étnica de Mato Grosso é marcada pela diversidade e complexidade, resultado de séculos de interações entre diferentes povos, incluindo as populações indígenas originais, colonizadores europeus e migrantes de várias regiões do Brasil e do exterior. Essa diversidade étnica, construída ao longo da história, ajudou a moldar a identidade cultural e social do estado.

Povos Indígenas

Antes da chegada dos colonizadores europeus, a região de Mato Grosso era habitada por diversos povos indígenas, como os Bororo, Xavante, Parecis, e Karajá. Esses grupos ocupavam extensas áreas do estado, praticando a agricultura de subsistência, caça e pesca, além de manterem uma relação profunda com a natureza, que influenciava diretamente suas tradições e modos de vida. A cultura indígena foi, e ainda é, uma parte crucial da história de Mato Grosso, com muitas dessas etnias resistindo aos impactos da colonização e mantendo suas línguas, tradições e formas de organização social.

A partir da chegada dos europeus, no entanto, esses povos passaram por um processo de desestruturação, com a ocupação de suas terras e a disseminação de doenças trazidas pelos colonizadores, que dizimaram boa parte das populações indígenas. Apesar disso, os indígenas desempenharam um papel fundamental na construção inicial da sociedade mato-grossense, atuando como guias, intérpretes e fornecedores de conhecimento sobre o território.

Colonização Europeia

A descoberta de ouro em Mato Grosso no início do século XVIII foi um marco no processo de colonização da região. A partir desse período, o estado começou a receber um grande número de colonizadores portugueses, principalmente bandeirantes e exploradores em busca de riquezas minerais. A fundação de Cuiabá, em 1719, foi um reflexo direto dessa corrida pelo ouro, sendo o ponto de partida para o processo de ocupação europeia da região.

Os colonizadores trouxeram consigo a cultura europeia, principalmente portuguesa, e estabeleceram um modelo econômico inicialmente voltado para a mineração. No entanto, após o esgotamento do ouro, a economia local passou a se basear na agricultura e pecuária. Nesse contexto, os europeus iniciaram a introdução de mão de obra escravizada, trazendo africanos para trabalhar nas lavouras e atividades mineradoras, o que influenciou a formação étnica da população.

Africanos Escravizados

A chegada de africanos escravizados em Mato Grosso, especialmente a partir do século XVIII, foi um fator importante na composição étnica e cultural do estado. Embora em menor número em comparação com outras regiões do Brasil, como o Nordeste e o Sudeste, a presença africana em Mato Grosso deixou uma herança cultural significativa, visível nas tradições religiosas, como o candomblé e a umbanda, e na culinária, dança e música. A contribuição dos africanos para a construção econômica e cultural do estado foi marcante, apesar das condições de extrema opressão e violência que enfrentaram.



LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
DA EDUCAÇÃO

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

TÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal; (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)
- IX - garantia de padrão de qualidade; (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)
- XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)
- XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)